

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE COOPERATIVA

NATIVA PIRES RODRIGUES

Memória de assentados: percepção dos moradores sobre as políticas públicas para a região
Sudeste do Pará

Araguaína
2018

NATIVA PIRES RODRIGUES

Memória de assentados: percepção dos moradores sobre as políticas públicas para a região
Sudeste do Pará

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus Universitário de Araguaína, para a obtenção de título de Graduação em Gestão de Cooperativa, sob a orientação do Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho e pela Banca Examinadora.

Araguaína
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

R696m Rodrigues, Nativa Pires.

Memória de assentados: percepção dos moradores sobre as políticas públicas para a região Sudeste do Pará. / Nativa Pires Rodrigues. – Araguaína, TO, 2018.

29 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Gestão de Cooperativas, 2018.

Orientador: Miguel Pacifico Filho

1. Assentados. 2. Identidade de um povo. 3. Memória. 4. Memórias coletivas. I. Título

CDD 334

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

NATIVA PIRES RODRIGUES

Memória de assentados: percepção dos moradores sobre as políticas públicas para a região
Sudeste do Pará

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus Universitário de Araguaína, para a obtenção de título de Graduação em Gestão de Cooperativa, sob a orientação do Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação _____/_____/_____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho (Orientador)

Prof. Dr. Fernando Sérgio de Toledo Fonseca

Profa. Msc. Danielle Mastelari Levorato

Dedico esse trabalho a Deus, por ter me dado o dom da vida e por iluminar e guiar todos os meus caminhos. Aos meus cinco filhos e netos, pois a eles devo tudo que sou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter iluminado e guiado meus passos pelos caminhos certos a seguir. Agradeço imensamente por todas as pessoas e amigos que Ele colocou em minha vida durante essa jornada, e por toda a força que me destes para sempre seguir e nunca desistir dos meus sonhos. A Ele devo minha vida, pois sem Ele eu nada seria.

Em especial, agradeço aos meus filhos, Adalton Pires Rodrigues, Ana Paula Pires Rodrigues, Dayane Pires Rodrigues, Adailton Pires Rodrigues e Ademir Pires Rodrigues, pelo companheirismo, amizade e amor que sempre dedicaram a mim. E também aos meus cinco netos, Luiz Henri Pires, Arthur Henri Pires, Maria Paula Pires de Freitas, Heitor José Rodrigues e Enzo Emanuel Pires. Sem vocês essa conquista estaria incompleta, pois ela não é somente minha, mas de todos nós.

A meu grande amigo, Paulo Henrique Marinho, pela amizade e companheirismo desde que iniciamos no curso. Se existe alguém que conheceu e compartilhou comigo todas as barreiras e conquistas percorridas durante este caminho, este alguém é ele. Obrigado por sua verdadeira amizade, e obrigado por ter sido minha família durante todos esses anos.

A meu orientador, Miguel Pacífico Filho, por estar sempre disposto a ajudar a qualquer momento, não somente a mim, mas todos os seus alunos. Sua ajuda foi fundamental para essa conquista.

Aos meus professores de curso por todos os ensinamentos, paciência e dedicação. Essa conquista também é de vocês.

Aos meus companheiros, amigos e futuros colegas de profissão, Wanderson Rodrigues, José Marcio Junior, Elisangela Sater, Kássia Thais, Werick e tantos outros que também fizeram parte da minha vida durante todos esses anos. Agradeço também aos meus amigos feitos durante a graduação, que fizeram esses três anos parecerem dias.

Muito obrigada a todos!

RESUMO

O estudo se propõe a abordar a importância das memórias das pessoas da Região Sudeste do Pará. De início aborda sobre memórias, sua importância e o que ela carrega como teor sócio cultural, podendo afirmar que um dos pontos da identidade de um povo, está dentro de suas memórias. Abordando, também, seu entendimento e sua compreensão no que se refere às políticas públicas direcionadas ao sudeste do Pará, acredita-se que essas memórias ajudam a construir essa região e podem conduzir a uma construção de identidade cultural. Nessa perspectiva, objetiva-se, com o estudo, compreender os aspectos culturais e viu - se a importância de se tratar das memórias desses trabalhadores rurais, de homens e mulheres que no decorrer de suas lutas dentro da região, tornaram-se assentados. Como método para elaboração do estudo, foi utilizado a pesquisa teórica bibliográfica e coleta de dados por meio de entrevista a alguns moradores da região, a qual se concretizou mediante pesquisas e análises de artigos e informações disponibilizadas em sites, revistas e livros e outras obras que abordam o tema, sendo o mesmo de grande valia para os gestores financeiros e demais profissionais que trabalham com empresas.

Palavras-chave: Assentados, identidade de um povo, memória.

ABSTRACT

The study aims to address the importance of people's memories in the Southeastern Region of Pará. At the beginning, it is about memories, their importance and what they carry as socio-cultural content, being able to affirm that one of the points of a people's identity is inside of your memories. Approaching also their understanding and understanding of the public policies directed to the southeast of Pará, it is believed that these memories help to build this region and can lead to a construction of cultural identity. From this perspective, the purpose of the study was to understand the cultural aspects and saw the importance of dealing with the memories of these rural workers, men and women who, in the course of their struggles within the region, became settled. As a method for the elaboration of the study, bibliographical theoretical research and data collection were used through interviews with some residents of the region, which was carried out through research and analysis of articles and information made available on websites, magazines and books and other works that deal with the theme, being the same of great value for the financial managers and other professionals who work with companies.

Keywords: Memory, identity of a people, seated.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2 MEMORIAS	10
2.1 Memória coletiva e memória individual	11
3 A IDENTIDADE CULTURAL	12
3.1 As memórias e a identidade cultural	13
4 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	14
4.1 Região Sudeste do Pará.....	16
5 METODOLOGIA.....	20
5.1 Contexto de pesquisa ou coleta de dados	21
5.2 Participantes.....	21
5.3 Análise das entrevistas.....	21
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIA	25
ANEXO	28

1 INTRODUÇÃO

Há tempos que a curiosidade sobre memória vem despertando o interesse de muitos pesquisadores. Com o avanço da humanidade, dentro de vários aspectos sobre o estudo do corpo humano, o funcionamento da memória exerce uma parte cognitiva de cada ser.

Então podemos estabelecer uma afinidade entre memória e uma construção de uma identidade cultural? Há dentro dessa relação uma construção de memória coletiva e memória individual, como suporte de identidade, uma estrutura de ancoragem dentro de nosso cérebro para a fixação de informações. Informações com atribuições individuais ou sociais de um grupo de pessoas, preservando o que para nós é um bem maior. Algo que está dentro da nossa percepção tanto física, quanto emocional.

O presente trabalho pretende relatar as memórias dos assentados na Região Sudeste do Pará, junto com seu entendimento e sua concepção sobre as Políticas Públicas para todo o país, e sua aplicação para essa região. O trabalho faz ligações baseadas em artigos científicos, embora escassos sobre o tema, entre diversas memórias de assentados, tidas como conservação e evocação de informações, cultura e envolvimento social, que poderão servir de subsídio para a criação de políticas públicas na região.

Sendo relatados alguns apontamentos de autores como Pollak (1989), Izquierdo (2011), Silva (2006), entre autores que serão citados no decorrer do trabalho e que ajudarão com a produção do artigo, entram em análise as definições desses autores sobre memória e sobre os assentados em determinada região do país. Compreende-se por assentados a ação de fixar-se num determinado lugar, alojar, instalar, manter.

De início, vem-se o questionamento: De onde surgiram os problemas sobre assentamentos dentro do território brasileiro? Pois, no decorrer dos anos, o que se observa é que passaram a existir como a consagração de uma luta por um lugar para se alojar, intensificando com novas perspectivas dessa conquista, uma renda, uma condição digna de viver, daí a construção de uma memória de histórias coletivas.

Há algumas décadas o movimento por assentamento de pessoas vem crescendo. Por vezes com maior intensidade e noutras nem tanto, porém nunca deixou de existir.

Essa busca por território, “espaço seu” no sentido mais amplo da palavra, não é de hoje, e vem a cada dia se acentuando, devido, em partes, por falta de um olhar das políticas públicas, que mascara a exploração de maiores pelos menores. Essa busca por espaço seu, vem desde que o homem começou a movimentar-se pelo mundo. Em seu texto, Pollak (1989)

(tradução de Augras, 1992) menciona que se predominava a preocupação com os conceitos de identidade e de construção, na longa duração, de uma identidade nacional e por isso o deslocamento de um lugar para outro se fazia necessário.

Ainda de acordo com Pollak (1989), “[...] devemos lembrar, também, que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis”, ou seja, cada ser carrega dentro de si suas vivências únicas e que estas, nem o deslocamento desenfreado em busca de seu lugar iriam fazer esquecer-las. Vindo acentuar esse pensamento do autor o Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes, em uma entrevista para a UNESP (2002), menciona a importância de se manter dados sobre os assentados em todo o país, pois ele acha relevante manter as informações sobre essas famílias, que sofreram e sofrem todo o tipo de violência, mantendo vivas e catalogadas as memórias dos mesmos.

Nesse trabalho viu-se a importância de se tratar das memórias desses trabalhadores rurais, desses que se tornaram assentados e de suas percepções quanto a políticas públicas e o que ela vem fazendo por eles em especial na região Sudeste do Pará. Esse estudo tentará visualizar as memórias dessas pessoas, destacando características individuais ou coletivas dos assentados, sabendo o quanto esse fator é importante, pois faz parte da vida deles, construindo a identidade individual ou coletiva dos assentados desta região.

2 MEMÓRIAS

Segundo Izquierdo (2011, p.11), “memória significa aquisição, formação, conservação e evocação de informações”, e memória e cultura estão sempre ligadas, pois essas não só dizem de um indivíduo isolado, mais de todos a sua volta. O homem percebe o mundo por meio de seu aparelho perceptual, num processo interpretativo dos fenômenos que envolve seus sentidos e sua memória e a aquisição mencionada pelo autor pode ser sinônimo de aprendizagem, ou seja, só se grava aquilo que aprende e a evocação pode ser entendida como uma lembrança em que o ser humano só lembra aquilo que gravou. Essas memórias por meio das recordações trazidas por outrem criam em cada pessoa experiências seja do convívio dessas recordações ou apenas sendo a pessoa ouvinte dessa recordação como reforça Leal (2011):

A memória, como baú vivo e fluído de guardados, imagens, de lembranças, são nossas referências. É o baú onde está guardado o conhecimento construído de nossos ancestrais. Não só porque ouvi de minha mãe que ouviu de minha avó, que ouviu de

minha tataravó, mas, também porque repito de diferentes formas esse conhecimento, porque compartilho de diferentes formas e ele se enraíza nos viveres dos meus. (LEAL, 2011. p. 2).

Em sua pesquisa, Leal (2011), vai discorrendo como é o processo da memória na questão íntima de cada pessoa, afirmando que ela vai “tecendo e fortalecendo relações” em cada um ao seu redor, usando a percepção, tecendo e imaginando o que se é contado em uma memória por alguém.

Afirmando essa importância da memória, Izquierdo (2011) diz:

O passado, nossas memórias, nossos esquecimentos voluntários, não só nos dizem quem somos como também nos permitem projetar o futuro; isto é, nos dizem quem poderemos ser. O passado contém o acervo de dados, o único que possuímos o tesouro que nos permite traçar linhas a partir dele, atravessando rumo ao futuro, o efêmero presente em que vivemos. (IZQUIERDO, 2011, p. 12).

Izquierdo diz, em seu artigo, o quanto as memórias nos formam e nos dizem quem somos e o quanto isso pode influenciar em nossa vida, cultura, socialização, e o quanto pode mudar, dependendo da memória que se tem guardado, nos tornando grupos de pessoas que tem a mesma cultura e história de vida.

Lembranças são aquisições de história de vida e vem através das experiências de cada um, sejam elas boas ou ruins, fatos e acontecimentos presenciados ou não pelos indivíduos e por meio disso, são construídos conceitos, julgamentos, experiências e tecendo a aprendizagem cognitiva de cada ser.

2.1 Memória coletiva e memória individual

Izquierdo (2011) em seu texto - O que é memória – diz que “O acervo de nossas memórias faz com que cada um de nós seja o que é: um indivíduo, um ser para o qual não existe outro idêntico”. Mas como ela se forma? Qual esse processo? Há ajuda de outros? E qual seria a função de memórias só nossa e de outros? Essas memórias juntas, coletivas, do jeito em que ela se forma, pode realizar um trabalho que permite em nós acessar o passado, construindo várias histórias em nós e na comunidade que nos cerca.

Mas cada elefante, cada cachorro e cada ser humano é quem é, um indivíduo diferente de qualquer congênere, graças justamente à memória; a coleção pessoal de lembranças de cada indivíduo é distinta das demais, é única. Todos recordamos nossos pais, mas os pais de cada um de nós foram diferentes. Todos recordamos, geralmente vaga, mas prazerosamente, a casa onde passamos nossa primeira

infância; mas a infância de uns foi mais feliz que a de outros, e as casas de alguns desafortunados trazem más lembranças. (IZQUIERDO, 2011, p.12)

A memória individual é muito importante para a constituição da memória coletiva, pois essa é formada pelo conjunto da individual, já que a busca por memórias suas, acabam acarretando o resgate de informações para todo o coletivo, fazendo de sua memória, uma história para todos. Em seu livro Memórias Coletivas, Maurici Halbwachs fala sobre a importância e a contribuição da memória coletiva nesse processo das lembranças e das histórias de um povo.

Mas logo, quando evocamos juntos diversas circunstâncias, de que cada um de nós se lembra de e que não são mais as mesmas, ainda que elas se relacionem aos mesmos eventos; não conseguimos nos pôr a pensar e a lembrar em comum, e os fatos passados não têm mais o mesmo relevo, não acreditamos revivê-los com mais intensidade, porque não estamos mais sós para representá-los, como os vemos agora, como os vimos outrora, quando os olhávamos ao mesmo tempo com nossos olhos e os de um outro? Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. 'E porque, em realidade, nunca estamos sós. (HALBWACHS, 1990, p. 16)

Esse processo, essas histórias que vemos de outros que parecem nossa, fazem parte da memória coletiva, pois, a memória individual, também envolve a de outros, assim fazendo memória coletiva.

Como assevera o autor, quando nos lembramos de algo de nosso passado, as emoções já não são as mesmas de quando vivenciamos aquilo. E isso acontece porque agora há outros indivíduos compartilhando essas lembranças conosco. Eles moldam nossas memórias porque passam as vivê-las e percebe-se que na realidade, nunca estamos sós. Há uma coletividade impregnada em tudo que somos até mesmo em nossas memórias.

3 A IDENTIDADE CULTURAL

A identidade cultural tende a elaborar conceitos onde o indivíduo está inserido com suas memórias no processo histórico, vivendo assim relações sociais. No texto de Pollak (1989), o autor define memória como sua relação à identidade social. Ele diz: “Tratarei aqui do problema da ligação entre memória e identidade social, mais especificamente no âmbito das histórias de vida, ou daquilo que hoje, como nova área de pesquisa, se chama de história oral.”. Tanto antes em décadas passadas, quanto hoje, se predominam a era das histórias/biografias contadas oralmente, com a diferença de que estamos vivendo em uma sociedade da

escrita. Porém, lembranças como forma de aprendizagem nem sempre cabe numa folha de papel.

Esse destaque à memória visa valorizar diversos conjuntos, que envolve um conjunto de informações transitórias, mas que de diversas formas traz consigo riquezas dentro da construção das identidades sociais. “*A priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa”, (POLLAK, 1989).

Como sustenta o autor, essa relação de memória e cultura/sociedade é sempre íntima, versa ligação cotidiana com quem reside em determinada localidade, cercada de histórias, fatos que precisam e devem ser transmitidos em permanente atualização.

Faz-se fundamental pensarmos que a construção de identidades e memórias está inteiramente ligada a construção de fronteiras móveis, pois seus limites transpassam essas barreiras, contagiando outros grupos. Ou seja, tem o poder de se passar de um ser para o outro, ainda que haja pontos que sejam imutáveis e íntimos de cada ser. Observa-se isso nas palavras de Pollak (1989) “Se destacamos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis”.

A jornalista Ana Lucia Silva Enne (2001) em seu artigo Memória e identidade social, publicado no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação menciona Halbwachs (1990) sobre a contribuição das memórias coletivas, onde diz que “Maurice Halbwachs contribuiu definitivamente com as ciências sociais ao propor o conceito de memória coletiva e ao definir os quadros sociais que compõem esta memória. Para o autor, não existe memória puramente individual, posto que todo indivíduo está interagindo e sofrendo a ação da sociedade, através de suas diversas agências e instituições sociais.

Percebendo que a memória individual e coletiva é importante e envolve acontecimento presenciado por ele próprio ou transmitido por outros, e que fazem partes do grupo, pela coletividade, Enne (2001) menciona Halbwachs (1990) dizendo que “Para Halbwachs, uma questão fundamental acerca da memória coletiva, enquanto fator social seria a sua ancoragem para cada indivíduo”. Em outras palavras, o que de mais importante há nas memórias coletivas é a sua capacidade de pairar, assemelhar-se à vivência do outro, sem com isso perder a sua essência individual.

3.1 As memórias e a identidade cultural

As memórias são, por assim dizer, nossa capacidade de recordar muitas coisas vividas a sós ou em conjuntos com outros, pois para recordar algo do passado, esta memória também precisa estar ligada às emoções, minha e de todos. Tem memórias, que em conjunto com as memórias de outros podem se tornar identidade cultural, levando ainda em consideração que as relações dos passados de outros, são variadas. Segundo Atila Tolentino, dentro do caderno temático IPHAN (2013).

As memórias constituem a nossa capacidade de perceber e reunir experiências, saberes, sensações, emoções e sentimentos que, por um motivo ou outro, escolhemos para guardar. Elas são essenciais a um grupo porque estão atreladas à construção de sua identidade (IPHAN, 2013, p. 7).

E Tolentino ainda discorre sobre a importância dessas memórias sobre a construção da identidade, mencionando que tudo passa a constituir identidade cultural de um grupo. Há diálogo entre memória, identidade e cultura.

A identidade é o sentimento de um indivíduo ou grupo em pertencer a uma determinada região, prática social, ideia ou sistema de valores. A identidade cultural é construída a partir do conflito da visão de mundo do “outro” como diferente da visão do mundo do “eu”, ou seja, das diferentes identidades. Pode-se acrescentar, ainda, que as identidades expressam uma postura e ação de afirmação (étnica, local, ideológica, etc.) no jogo político do cotidiano. (IPHAN, 2013, p. 7).

Vale ressaltar que dentro dessas memórias que se tornam identidade cultural, as representações são diferentes para cada indivíduo, pois se para uns há atribuição de valor para certas memórias, para outros não, podendo variar de acordo com o interesse pessoal, financeiro e políticos de cada um. Contudo são nessas memórias, que se tornam identidade cultural, que buscamos no passado coisas que nos mantém vivos, conectados com outros.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS

Aqui será reportada a percepção sobre as políticas públicas. Contudo, não deixando de trazer a reflexão de memória que forma uma identidade cultural, pois esta está ligada a memórias de o quanto a falta dessas atividades ou ações do governo, podem influenciar a vida de cada indivíduo, mostrados através de fatos contados por cada pessoa da localidade. Assim, pode se compreender as formações sociais marcadas pelas trajetórias, tanto definitivas como temporárias, migratórias de moradores de várias regiões do Brasil.

Entende-se por políticas públicas o conjunto de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários

grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico. Ou seja, correspondem a direitos assegurados na Constituição.

Sobre as relações no contexto da migração, que trás consigo algumas circunstâncias da vivência de outros lugares e assim juntas, fazem a historia de certa região, as políticas publicas para as regiões que sofrem com a migração/emigração, vem sendo exigida, pois é preciso ter um melhoramento em torno dessas atividades do governo, fortalecendo a idéia de que valeu a pena as transições até o momento vivenciado.

Para se falar dessas políticas voltadas aos espaços territoriais, vejamos o que menciona o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, sobre assentamentos:

Basicamente, o assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é entregue pelo INCRA a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. (INCRA, 2018).

Espaços territoriais é uma apropriação constante do território, esse que não só se refere à delimitação geográfica, mas também a problemas culturais, econômicos e políticos, criando assim, um lugar onde se possa habitar com segurança, e através das políticas publica deve se garantir os direitos do cidadão. E esse direito é regido pela lei na Constituição Federal de 1988.

Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Capítulo II - Dos Direitos Sociais

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988).

Essas ações foram criadas para garantir o bem estar das pessoas, que uma vez ou outra, encontra-se sem uma moradia, alimentação, saúde, dentre outros. A criação desse programa/ação é de um trabalho conjunto entre os três poderes que regem o país, a saber: Legislativo, Executivo e Judiciário.

Ratke e Ratke, (2016), mestre em direito agrário e doutor em agronomia, respectivamente, avaliam o valor das políticas públicas dentro de um assentamento, reformulando a capacidade da reforma agrária dentro das regiões do Pará ou em qualquer região do país, pois essas políticas estariam por inteirar as condições dessas comunidades, formadas através de necessidades da economia de subsistência.

As políticas públicas são formas de atuação do Estado visando à realização dos direitos fundamentais, sociais, econômicos e culturais previstos na Constituição Federal, com o objetivo de efetivar os fundamentos da República. Incumbe ao direito materializar as políticas públicas dentro do quadro institucional jurídico, por intermédio de resoluções, portarias, decretos e outros instrumentos. (RATKE e RATKE, 2016, p. 138).

Reiterando o que diz os autores citados anteriormente, a questão dos assentamentos ou territórios ocupados por agricultores é de tamanha relevância, pois o que se vê em regiões com essa prática é que há uma violação dos direitos humanos, haja vista que nestas localidades o olhar atencioso do poder público nunca chega aos mesmos.

4.1 Região Sudeste do Pará

Na análise sobre políticas públicas, direcionado às regiões do Pará, em especial a sudeste, vemos que na construção discursiva sobre as relações no contexto da migração, há uma construção de memórias ligada à construção da identidade cultural, chegando à construção de um direcionamento e posicionamento das políticas pública dessa região. Já que território é um lugar onde criamos algo para ser seguro, envolvendo um contexto mais amplo, como a expansão não só de nossas marcas dentro de uma terra, mas marcas culturais.

O Estado do Pará é um estado privilegiado em extensões de terra como afirma SANTOS (2011):

Nesta região constam 39 municípios e uma área de mais de 297 mil quilômetros quadrados, que corresponde a um território maior, por exemplo, que o do estado de São Paulo cuja área é de 248,2 mil quilômetros quadrados, (SANTOS, 2011, p. 128).

Nesta região, constam grandes cidades em um melhor nível de desenvolvimento, devido a instalações de usinas hidrelétricas ou a exploração dos minerais. Nas pesquisas de Santos (2011), constam os municípios em crescimento e melhoramento, a saber: Tucuruí, Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás.

Também revelam o peso econômico de alguns municípios da mesorregião, como Tucuruí, Marabá e Parauapebas. Estes e outros municípios da região se expandiram no contexto de fatos como: i) a instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, em 1980, no município deste mesmo nome; ii) a expansão das atividades minerais, em especial a influência da exploração das minas da Vale, nos municípios sob sua influência, como Parauapebas e Canaã dos Carajás; iii) a influência nas municipalidades da abertura da rodovia PA-70, conjugada com a expansão migratória, ao longo do seu trajeto, como no caso de Marabá; (SANTOS, 2011, p. 129).

E é dentro de todo esse período de desenvolvimento que constam histórias de lutas pela terra por meio de ocupações, e essas ocupações geraram os assentamentos, que exigem políticas públicas a fim de minimizar a violência gerada por ações de apropriações de terras.

Os desafios dessas ações foram e ainda são dificuldades existentes, procurando conhecer os assentamentos da região sudeste do Pará, para expor um pouco das ações do governo dentro dessa região, pois essas políticas públicas, mesmos com os inúmeros desafios, são para promover uma qualidade de vida dos agricultores assentados dessa região.

Para uma explicação de melhor entendimento, segundo Ratke e Ratke (2016), os assentamentos é um produto de criação do governo federal:

O assentamento é produto de intervenção do governo federal, em razão da desapropriação do imóvel rural para fins de reforma agrária. Tanto o assentamento como a reforma agrária são institutos de direito agrário por serem mecanismos de acesso à terra e à política agrária, instrumentos que poderão garantir ao agricultor familiar o manejo e o uso do solo de forma sustentável, elevação da qualidade de vida do agricultor familiar e aumento da produtividade (RATKE e RATKE, 2016, p. 137).

Daí a necessidade de uma política pública direcionada aos assentados. Os próprios autores em seu artigo, avaliam os desafios dessas ações dentro da atualidade, vendo a necessidade e a importância desse projeto como ação interventora para esses cidadãos dentro dos assentamentos:

Não obstante, para que a reforma agrária seja capaz de reorganizar o espaço no meio rural, por meio da desapropriação do imóvel rural e a constituição de projetos de assentamentos rurais, faz-se mister a existência de políticas agrárias voltadas a um modelo de desenvolvimento sustentável, que seja capaz de gerar renda e alimentos suficientes, garantir a qualidade dos alimentos e a preservação do ambiente, relacionados com a consolidação da agricultura familiar. Essa transformação é o grande desafio e se esbarra em inúmeros obstáculos. (RATKE e RATKE, 2016, p. 139).

Ou seja, sem a intervenção de leis que garantam os direitos, deixará que muitos não possuam suas garantias e não possam garantir uma discussão direcionada a aplicabilidade do aparato da lei dentro dessas políticas públicas e claro, as desapropriações de imóveis rurais serão meras atividades sem o objetivo alcançado, que é o de suprir as necessidades dos projetos de assentamentos rurais.

Medeiros e Ribeiro (2012) afirmam que pesquisadores mencionam sobre esse processo de criação dos assentamentos dentro da região Sudeste do Pará e a importância desses

agricultores com suas lutas (...) “Em meio ao processo de criação dos assentamentos, a luta dos movimentos tem se feito também pela instalação de serviços oferecidos pelo Estado, tais como: escolas, serviço médico, estradas, crédito, etc.”.

E afirmando sobre o ponto de vista de Medeiros e Ribeiro (2012), Ratke e Ratke, (2016), mencionam também:

As políticas regulatórias criam normas para o funcionamento de serviços e instalação de equipamentos públicos, trabalham com ordens, proibições, decretos e portarias, atendem a interesses particulares e restritos e os conflitos dependem da configuração concreta das políticas. (RATKE e RATKE, 2016, p. 139).

Como identificado pelo autor, os desafios das pessoas que residem na região sudeste do Pará, em relação ao lugar /moradia vem sendo discutidos através das políticas de ações que possam beneficiar os moradores dessa região e isso só se concretizará a partir do momento em que as políticas regulatórias forem transformadas em políticas públicas, já que é sabido que o maior problema enfrentado pelos assentados é que as leis, proibições e decretos só atendem a interesses particulares, sendo esquecido, portanto, os reais interessados: os assentados.

Quanto à infra-estrutura urbana e de apoio às comunidades rurais, em sua pesquisa sobre as regiões mais importantes do Pará, Santos (2011), já menciona sobre a influência do crescimento econômico nos municípios,

Durante a primeira década do século XXI, ocorreu importante queda na insuficiência habitacional, assim como um conjunto de melhorias nas condições de moradia, embora ainda houvesse insuficiências não desprezíveis e severas inadequações habitacionais. No âmbito do diagnóstico para o Pehis, o Indesp fez um exercício de cálculo dos *déficit* habitacionais e dos domicílios com carência de infraestrutura em 2007 (INDESP, 2009). Os dados estimados para 2007 apontaram uma relevante redução, em relação a 2000, caindo para 13,2% (com o déficit estadual em 18,0%), onde ressaltam, em especial, as reduções apresentadas nos municípios de maior população: Marabá e Parauapebas (ambos com 62%) e Tucuruí (4%). Mas, pelo menos oito municípios ainda apresentaram, em 2007, déficits superiores a 25%. (SANTOS, 2011. p. 145).

Assim, foram surgindo dentro dessa localidade, projetos para melhoria de certas situações habitacionais e educacionais. Medeiros e Ribeiro (2012) mencionam sobre a influência dos moradores: “por este motivo nesta região, assim como em todo país, tem sido marcante a ação dos agricultores, como atores políticos, na pressão sobre o poder público”. A importância do engajamento dos agricultores é que, segundo os autores, ajudam a garantir o acesso das famílias assentadas aos direitos sociais básicos para a superação do abandono

histórico a que esta categoria esteve submetida por conta da ausência do Estado como provedor de direitos.

Já no início do seu texto, Silva (2006) menciona que um de seus principais interesse em fazer a pesquisa sobre a região Sudeste do Pará, era o de compreender formações sociais marcadas pelas trajetórias e experiências migratórias. Em todo seu estudo, discorre sobre as formações migratórias na região sudeste do Pará, sua relevância e sobre as histórias, memórias de um povo:

A abertura das estradas, desde a Belém-Brasília, na década de 1960, e a PA-70 que ligou a região de Marabá àquela estrada (220 km), foi fator fundamental – como caminho – para a entrada de novos migrantes. O fluxo migratório, antes dirigido para localizações às beiras dos rios (cidades e aglomerados), nesta nova fase dirigiu-se também para as beiras das estradas, formando novos aglomerados. Exemplo disso foi o avanço da frente agropecuária a partir das margens da rodovia PA-70, onde hoje localizam-se cidades como Rondon do Pará, Bom Jesus do Tocantins e Abel Figueiredo. (SILVA, 2006, p. 36).

Essa ressignificação de lugar é tida como luta por muitos dessa região. Assim, o sentido de regionalização vem acompanhado por uma idéia de organização política. A necessidade de Políticas Públicas para a Região Sudeste do Pará e a luta pela terra foi tema de uma pesquisa de Girardi e Fernandes, (2008) , quando em sua pesquisa eles citam os motivos da criação de assentamentos como uma política para driblar a reforma agrária dentro do país.

Santos (2011) menciona dados de crescimento econômicos dentro da região, isso indica uma melhoria nos dados socioeconômicos das cidades.

Segundo os dados das Contas Regionais do IBGE, a mesorregião detinha, em 1999, 25,4% do valor adicionado total da indústria do Pará. Em 2004, passou a 37,3%. No mesmo período, também se elevou a participação do setor agropecuário: de 45,2% (1999) para 48,0% (2004), em razão dos incrementos da pecuária bovina (com efeitos, a jusante, na cadeia frigorífica) da produção de grãos (com destaque para soja, milhões arroz) e da extração de madeira. (SANTOS, 2011, p.130).

É necessário fazer ressalva sobre o desenvolvimento nos últimos tempos. Isso acarreta uma melhoria de vida. Porém, as lutas dentro dos assentamentos ou lugares em que há divisões de terras, ainda precisam de um olhar mais apurado para que alguns fatores como desigualdade, em todos os sentidos, possam diminuir.

Em sua pesquisa os autores mencionam as desigualdades sociais e por isso o motivo dessa luta: “O Brasil é um país caracterizado por desigualdades sociais e regionais resultantes da concentração da riqueza. Os problemas da questão agrária, relativos à vida e produção no campo”. Os autores citados, estão apontando sobre o valor dessas políticas publica dentro dos

assentamentos, onde esses assentados se tornam agentes ativos na produção dessas terras concedidas a eles, transformando o meio em que vivem num lugar mais igualitário, sem essas desigualdades sociais existentes dentro do país.

5 METODOLOGIA

Segundo Severino (2007, p.122) “a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores [...]”, ou seja, a pesquisa é embasada em informações contidas em livros, teses, monografias, artigo entre outros, publicados online ou impressos.

Quanto à pesquisa de campo, a coleta de dados recolhidos foi através de entrevistas, considerando um elemento necessário para caracterizar o volume de observações que é de primordial importância para o trabalho, apresentando subsídios para a pesquisa sobre a memória de assentados e as percepções dos moradores sobre as políticas públicas para a região sudeste do Pará.

É pertinente expor o que diz Gil (2008) quando nos ensina que o elemento mais importante é a coleta de dados:

Nesta fase podemos utilizar vários instrumentos de coletas de dados. Basicamente, existem dois grandes grupos de delineamentos: o grupo que se vale de informações impressas (provenientes de livros, revistas, documentos impressos ou eletrônicos), e o grupo que utiliza informações obtidas por meio de pessoas ou experimentos. No primeiro grupo destaca-se a pesquisa bibliográfica e documental. (GIL, 2008, p.23).

As análises de conteúdo das entrevistas serviu como método de embasamento para essa pesquisa, e segundo Duarte (2004) “Realizar entrevistas, sobretudo se forem semi estruturadas, abertas, de histórias de vida etc. não é tarefa banal; propiciar situações de contato, ao mesmo tempo formais e informais”, assim, perfaz uma tarefa que exige uma sensibilidade na percepção.

5.1 Contexto de pesquisa ou coleta de dados

Segundo Lakatos e Marconi (2010), o estudo de campo é aquele aplicado com o intuito de obter conhecimento acerca de um problema, sendo ou não retrospectivo, para o qual se investiga um retorno ou de uma hipótese, que se pretenda evidenciar, e também descobrir

novas ocorrências ou as relações entre eles. A aplicação do instrumento de coleta de dados iniciou-se após o esclarecimento sobre as questões. Logo após o consentimento, iniciou-se a entrevista que contou com um questionário de 08 questões discursivas envolvendo temáticas relacionadas às memórias coletivas, individuais e culturais, com intuito de identificar o perfil e as condições de cada um dos participantes, como idade, sexo, quando chegou para a região e suas dificuldades antes e depois de se estabelecer no local. As questões foram direcionadas ao período de chegada, lembranças e expectativas quanto à região Sudeste do Pará.

5.2 Participantes

As pessoas que foram entrevistadas faziam e ainda fazem parte do processo de assentamento da Região Sudeste do Pará e ainda moram nesta região. São homens e mulheres, com idade entre 51 e 69 anos, que viveram o processo de lutar pela melhoria de sua região. A coleta de dados foi realizada a um grupo de 04 pessoas, realizadas no 2º semestre de 2018, entre agosto e outubro de 2018. Todas na cidade de Rio Maria – PA, pertencente à Região Sudeste do Pará.

5.3 Análise das entrevistas

Dos entrevistados, foram duas do sexo feminino e outros dois do sexo masculino, entre 51 e 69 anos. As questões foram preenchidas pelo entrevistador/pesquisador, pois, os entrevistados não têm escolarização.

A entrevistada 01 relatou sobre o período de chegada, as dificuldades encontradas. Dentre elas, foi morar de início com os seus vizinhos. Ficaram lá por “cerca de um ano”, até a “abertura da terra”. Suas expectativas sempre foram “a de lavrar a terra” para colher e viver dela, pois tudo que se plantava dava, a “terra era boa”. Depois da colheita, vendiam o que sobrava para comprar outras despesas. Ainda relatou que suas dificuldades eram por causa das estradas, a falta de escola para os filhos e a saúde precária, mas que no decorrer dos anos, com a implantação do sindicato dos trabalhadores rurais na região, isso foi melhorando, pois foi construída a primeira escola para o assentamento e as estradas podiam ser trafegadas com mais facilidade.

O entrevistado 02 descreveu que é oriundo de Conceição do Araguaia – PA. Que quando chegou, não tinha nada no local, apenas mata fechada e que para sobreviver trabalhou nos primeiros anos para os fazendeiros da região. Sua casa era de Pau a Pique, com palha de

coco babaçu. Com a falta de estrada carregavam as mercadorias para sua família nas costas, andava cerca de 6 km, pois na época, os seus 06 filhos ainda eram pequenos. Dentro de suas lembranças foram muitas dificuldade para sobreviver, pois o pessoal responsável pela abertura do assentamento “nos colocaram em barracas de palha”. Na sua expectativa para produção dentro de suas novas terras, ele começou com criações de galinhas, porco, plantação de arroz, mandioca, feijão e milho. Entre suas lembranças sobre o suporte que recebeu dos órgãos públicos, ele relata que teve suporte da prefeitura e das comunidades vizinhas, dentre esse suporte foi à construção da primeira escola, a João Canuto de Oliveira. Ao longo dos anos a sua produção foi apenas para consumo.

O entrevistado 03, que é vindo de Minas Gerais, comprou 05 alqueires de terra no período da abertura do assentamento. Tinha um pouquinho de gado “de meia”, e iniciou já com a plantação de arroz, feijão e milho e o que sobrava dessa lavoura de subsistência, eles vendiam para suprir outras necessidades de sua família. Também, relatou que moravam como todos na região, em casa de pau a pique. O seu relato sobre a infra-estrutura é o mesmo dos outros, com o tempo foram surgindo estradas e a primeira escola da região. O seu meio de transporte era a cavalo. De suas lembranças iniciais, relata que não foram dias fáceis, mas a expectativa de melhorar de vida e criar os filhos com uma vida melhor o ajudou. Com o suporte do sindicato e dos caminhões de madeiras que compravam a madeira que derrubavam, foi tendo a cada dia uma melhora, mas nem por isso foram dias fáceis. Sobre sua saída do assentamento, ele relatou a falta de espaço para a produção, “pois as coisas foram melhorando”.

A entrevistada 04, autora desta pesquisa, descreveu que chegou de Minas Gerais no ano de 1980, na data de 28 de dezembro, “com a cara e a coragem de trabalhar”, e tinham apenas a roupa do corpo. Trabalhava ela e a família com diárias feitas nas fazendas vizinhas, chegando trocar trabalho por alimento, pois havia dias que não tinham nada para comer. Moravam em barracas de palha e seu alimento em muitas vezes era de palmito de babaçu. Era tudo muito difícil, pois a falta de estradas era grande, não conhecia ninguém e a cidade ficava a 40 km de distância, e seu único transporte eram os caminhões madeireiros que por vezes compravam madeiras retiradas de sua propriedade. Dentro de sua expectativa com as terras, era de muita esperança, pois tudo que se plantava ali dava. A primeira colheita foi de muita abundância e a partir daí tudo foi melhorando. Com a implantação da escola João Canuto de Oliveira, teve-se a oportunidade de ser professora desta escola por um período de oito anos, durante o qual foi educadora da maioria das crianças da região do assentamento,

inclusive de seus próprios filhos. A escola contava apenas com uma única sala de aula, onde todas as séries eram ministradas em conjunto.

As dificuldades relatadas por eles foram, como pode ser analisado, a de moradia, pois no início eles moravam em barracos ou de palha ou de lona; dificuldade no acesso devido às estradas serem precárias; a distância da cidade e falta de escolas para os filhos. Na expectativa de produção, os entrevistados chegaram com o sonho de plantar e colher e o de criar animais para sua sobrevivência.

No que se refere ao suporte vindo dos órgãos público, o relato foi de que depois de muito tempo, que o município junto com o sindicato, por verem o quanto a assentamento estava crescendo, começou com a instalação da escola João Canuto de Oliveira, pois na época havia crianças entre 06 a 15 anos. No total, eram 40 crianças, e era preciso melhorar na assistência a saúde e educação dos mesmos.

Quanto aos transportes, os entrevistados mencionam que nessa época era apenas a cavalo, a pé, ou através de caminhões madeireiros, devido as estradas dessa época serem em estado precário. Mas com o decorrer dos anos, quando a qualidade de vida foi melhorando, houve união dos produtores junto com a comunidade para implementar melhorias nas estradas e transporte.

Em dado momento, isso desde a posse até a primeira colheita, os relatos foram de dificuldades, tiveram que trabalhar no roçado em fazendas vizinhas para garantir o sustento da família, até a colheita do seu plantio. Mas a partir de algum tempo conseguiram o sustento vindo de suas próprias produções.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esquecimento de muitas lembranças começou a ser um assunto recorrente na atualidade, ainda que se possa questionar as muitas memórias, esse “procurar” de resquícios do passado e a necessidade crescente de reconhecimento cultural e histórico é muito constante. Entende-se que todo esse “rever” as memórias, é também um medo do esquecer, tendo como risco o desaparecimento gradativo da nossa história e das memórias guardadas como um dos muitos referenciais em nossas vidas.

Esse medo do esquecimento é provavelmente um meio a esse esforço de esmiuçar , detalhar esses interesses socioculturais que nos envolvem, tornando-os bens culturais, identidade cultural, surgindo à necessidade de tudo preservar para o bem social.

Por todos esses aspectos, há casos, no entanto, em que precisamos lembrar e comentar, sobretudo no que se refere ao período inicial do assentamento na região sudeste do Pará, para que não deixe de ser recordado pelas pessoas de hoje e pelos jovens moradores dessa região o quão sofrido foi o período de chegada e desenvolvimento das famílias assentadas.

Ainda convém lembrar que isso caracteriza as relações entre migrantes/imigrantes dessa região, sendo elemento importante da sociedade que se formou no local. Ressaltando que os valores, memória/cultura, dessas pessoas são importantes para a construção de uma política pública voltada para a Região Sudeste do Pará, ligada a convivência cultural.

E as pessoas que estão dentro dessa região, sabem através das suas histórias, o quanto a falta dessas políticas, ainda hoje, podem prejudicar o processo de assentamentos, mesmo ainda não sendo totalmente aplicada e que no caso não foi exposto aqui nesse artigo, pois é um tema extenso e demandaria outro projeto de pesquisa.

Por fim, percebe-se que as ações das políticas públicas são de extrema importância para a realização da lavoura familiar dessas comunidades e para sua solidificação como impulsionadora de uma política de crescimento rural que tem como objetivo melhorar as condições de vida da população, fornecer alimentos tanto em quantidade e qualidade, gerar trabalho no campo, melhorar as condições de vida no âmbito rural, reduzir os índices de fome e de desigualdade social.

REFERENCIA

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 15 de setembro de 2018.

CHAGAS, Genira. **Memória - Três décadas de MST em documentos**. Jornal Unesp . Abril 2011. Disponível em: <<http://www.unesp.br/acises/jornalunesp/acervo/265/memoria>>. Acesso em 12 jul. 2018.

COSTA , Rodrigo Portugal da. **Política regional na amazônia: a PNDR II. In NETO Aristides Monteiro et al. Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas** . Rio de Janeiro : Ipea, 2017. Cap. 3 p.99-126 Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/20170213_livro_desenvolvimentoregional_cap3.pdf>. Acesso em 12 out. 2018.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>> . Acesso em 02 out. 2018.

ENNE, Ana Lúcia Silva. **Memória e identidade social**. 2001. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/53573075284415840946775448271246894263.pdf>>. Acesso em 02 out 2018.

FERNANDES, Bernardes Mançano. **A luta pela terra**. Jornal Unesp - Informativo Proex, São Paulo, Edição 22, 15 de dezembro de 2002. Entrevistador Prof. Dr. Benedito Barraviera.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: < http://www.oficinadapesquisa.com.br/APOSTILAS/METODOL/OF.TIPOS_PESQUISA.PDF> Acesso em 15 out. 2018.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. **A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora**. Agrária (São Paulo. Online), n. 8, p. 73-98, 8 jun. 2008. Disponível em: < <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i8p73-98>>. Acesso 08 ago 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. SP, Vértice, 1990.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em 10 set. 2018.

IPHAN.- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Iphan na Paraíba. **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Átila Bezerra Tolentino (Org.). João Pessoa: Iphan, 2013. 108 f. Caderno Temático 3. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_de_educacao_patrimonial_nr_03.pdf>. Acesso em 12 set. 2018.

IZQUIERDO, Iván. **Memória**. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. Cap. 1. p.11-23.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 170-171. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india>. Acesso em 04 ago. 2018.

LEAL, Alessandra. **Cultura e Memória**: percepções das lembranças re-existentes no tempo. *The Free Library* (December, 1). 2011 .p. 2. Disponível em: <<https://www.thefreelibrary.com/Cultura+e+Memoria%3A+percepcoes+das+lembrancas+re-existentis+no+tempo.-a0372554538>>. Acesso em 15 set. 2018.

MEDEIROS, Evandro Costa de. RIBEIRO, Beatriz Maria de Figueiredo. **Articulação de tempos-espacos e saberes na proposta de formação de jovens camponeses no sudeste do Pará**. CONTAG -Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Canal do Trabalhador. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f306Tempos_%20e_%20espacos_%20na_%20formacao_de_camponeses.pdf>. Acesso em 02 set. 2018.

POLLAK , Michael. **Memória e identidade social**. Publicado em Estudos Históricas. (1989). Tradução Monique Augras. Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200 - 212. Tradução de: MEMORY AND SOCIAL IDENTITY . Disponível em: <<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>> . Acesso em 15 jul. 2018.

RATKE ,Bruna Nogueira Almeida. RATKE ,Rafael Felipe. **As políticas públicas em projeto de assentamento rural**: desafios contemporâneos. Revista de Direito Agrário e Agro ambiental. Brasília, v. 2, n. 1, p. 136 – 151, Jan/Jun. 2016. Disponível em: <<http://indexlaw.org/index.php/rdaa/article/view/581/pdf>>. Acesso em 02 set. 2018.

SANTOS, Valdeci Monteiro dos. **A economia do Sudeste Paraense**: evidências das transformações estruturais. In NETO Aristides Monteiro et al. **Desenvolvimento Regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas . Rio de Janeiro: Ipea, 2017. Cap. 4 p. 127-156. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/20170213_livro_desenvolvimentoregional_cap4.pdf>. Acesso setembro de 2018.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwegs: **memória coletiva e experiência**. **Psicol. USP**, São Paulo , v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100013&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 20 out. 2018

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Idelma Santiago da. **Migração e cultura no sudeste do Pará**:

Marabá (1968-1988). 2006, 181 f. Dissertação (mestrado em História), Faculdade de Ciências Humanas e Tecnologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2006. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Idelma_Santiago_da_Silva.pdf>. Acesso 21 ago. 2018.

ANEXO

**ENTREVISTA DE TRABALHO PARA CONCLUSÃO DE CURSO: GESTÃO DE
COOPERATIVISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS- UFT/
CAMPUS ARAGUAÍNA- TO**

NOME: _____

IDADE: _____

SEXO: _____

ESCOLARIZAÇÃO: _____

1. Conte-nos como você chegou ao assentamento Gleba Cabeceira, município de Rio Maria, década de 1980?
2. Do que você se lembra do momento de chegada ao local do assentamento?
3. Qual era a sua expectativa de produção na terra?
4. Que tipo de suporte recebeu dos órgãos públicos?
5. Qual era a infra-estrutura de moradia, educação, saúde e transporte disponível?
6. Ao longo dos anos como foi a adaptação de moradia e produção?
7. Como foi a sobrevivência até a preparação para a primeira colheita na própria terra?
8. O que levou a mudar do local original do assentamento?